



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150861 - BA (2021/0234036-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : JULIANO DA LUZ PACHECO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JULIANO DA LUZ PACHECO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8013284-89.2021.8.05.000).

O recorrente formulou pedido de prisão domiciliar e de saída temporária, o que foi indeferido pelo juízo das execuções (e-STJ fls. 53-54).

Sustenta que é integrante do chamado grupo de risco de contágio da covid-19, razão pela qual faz jus à prisão domiciliar.

Destaca que preenche todos os requisitos elencados no art. 123 da Lei de Execução Penal, possuindo direito subjetivo à saída temporária.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em seu favor. No mérito, pretende seja concedida a prisão domiciliar ou a saída temporária.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, constata-se, em uma análise preliminar dos autos, que a manutenção da negativa dos benefícios ora pleiteados foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos (e-STJ fls. 96-97):

No tocante ao indeferimento de fruição do benefício de saída temporária concedido ao Paciente, é preciso dizer que o Magistrado de origem agiu em conformidade com as diretrizes estabelecidas no art. 5º, II, da Recomendação nº 62 do CNJ e art. 2º, V, do Ato Conjunto nº04/2020, do TJBA, em face das restrições sanitárias atuais, com o fim de salvaguardar as vidas de todos aqueles que fazem parte da estrutura do sistema prisional, o qual, inclusive, o Penitente encontra-se inserido, garantindo-se o gozo postergado, da referida benesse, em razão da prevalência do interesse público, sobretudo porque o trânsito do Penitente, sem qualquer tipo de controle ou monitoramento, poderia acarretar uma grave contaminação no ambiente prisional, consoante de depreende do decisio colacionado no id. 15278243 – fls. 48/51. Nesse sentido, a jurisprudência do STJ:

(...)

Nesse mesmo sentido, não há como acolher o pedido

de determinação de data certa para fruição das saídas temporárias concedidas ao Paciente, posto que a situação pandêmica vivenciada pelo Covid-19, o alto índice de transmissibilidade, as novas cepas e a necessidade de adoção de medidas sanitárias de prevenção e contágio, não nos permite prever quando a situação estará controlada, sem que engendre, repita-se, risco generalizado a população carcerária, devendo-se primar pela prevalência do interesse público sobre o individual. Ademais, entendendo que a análise do referido pleito reclama o conhecimento e revolvimento da estrutura organizacional da execução, cujo cronograma e compatibilidade de datas devem ser submetidos ao crivo do juízo da execução.

A despeito do requerimento subsidiário e genérico de prisão domiciliar, vale registrar que a teor do quanto disposto no art. 1º da Recomendação nº 78/2020 do CNJ, que alterou os artigos 4º e 5º da Recomendação nº 62 do CNJ, a benesse pleiteada pelo Penitente, não lhe alcança, em razão da condenação levada a efeito pelos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, I, e 213, ambos do Código Penal, que tem sua hediondez concretizada no art. 1º, VI, da Lei nº 8.072/90, cuja pena restou dosada em 22(vinte e dois) anos e 08(oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado.

Ademais, como é sabido, os órgãos governamentais estão tomando precauções e adotando medidas e planos de contingência a fim de proteger e resguardar a população carcerária do contágio do coronavírus, sendo que certo que foi editada a Portaria nº 49 de 17/03/2020 (Diário Oficial de 18/03/2020) pela Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), por meio da qual foi declarado Estado de Alerta no âmbito do referido Órgão, instituindo-se medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, de modo que o Paciente, em princípio, encontra-se resguardado por tais medidas.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência